

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE *KEY AUDIT MATTERS* POR
PARTE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

CATARINA ISABEL LOBATO FERREIRA

OUTUBRO-2018

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE *KEY AUDIT MATTERS* POR
PARTE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

CATARINA ISABEL LOBATO FERREIRA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO
MORAIS

OUTUBRO-2018

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo identificar o número de KAMs divulgadas pelas empresas brasileiras, bem como analisar quais os principais determinantes dessa divulgação. Com esse propósito foram recolhidas informações dos Relatórios de Auditoria e das Demonstrações Financeiras Consolidadas das 447 empresas brasileiras cotadas em bolsa na BM&FBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2016. A aplicação das regressões OLS e Poisson ao modelo definido permitiu concluir que existe uma relação positiva entre o número de KAMs divulgadas e variáveis de interesse, tais como os honorários cobrados pelo auditor, e também a dimensão, rentabilidade e endividamento financeiro da empresa auditada. Já o tipo de auditora e opinião do auditor demonstram uma relação negativa com o número de KAMs divulgadas. Isto significa que ser auditado por uma auditora de tipo *Big 4*, ou estar na presença de um relatório com reservas nas demonstrações financeiras, traduz-se num menor número de KAM no relatório final.

Palavras Chave: *Key Audit Matters*; Determinantes da Opinião Auditoria; Relatório Auditoria.

Abstract

The main goal of this study is to identify the number of KAMs reveal by Brazilian companies, as well as analysing which are the corresponding key determinants. To this end, the information available in the Audit Reports and the Financial Statements of the 447 companies listed in BM&FBOVESPA on the 31 of December of 2016 is collected. By applying both OLS and Poisson regressions to the defined model, it was possible to draw some conclusions. In particular, it was found that the number of KAMs has a positive correlation with variables, such as the audit fees, and the size, profitability and debt of the audited company. On the contrary, the type of audit firm and the auditor's opinion yielded a negative correlation with the reported number of KAMs. This means that being audited by a Big-4 or having a report which issues a modified audit opinion, results in a lower number of KAM in the final report.

Keywords: Key Audit Matters; Auditing Opinion Determinants; Audit Report.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à minha orientadora, Professora Ana Moraes, por todo o apoio e opiniões fundamentais para o seguimento e desenvolvimento do meu trabalho final de mestrado.

Agradeço à minha família, pais e irmão, pelo apoio desde sempre e incentivo aos meus estudos. Também quero agradecer aos colegas de mestrado destes dois anos, em especial à Catarina Correia pela disponibilidade e motivação ao longo deste processo.

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	v
Lista de Abreviaturas	v
Índice Anexos	v
1. Introdução	1
2. Enquadramento	3
3. Revisão da Literatura.....	4
3.1. <i>Auditor</i>	8
3.2. <i>Opinião Auditor</i>	9
3.3. <i>Dimensão da Empresa</i>	9
3.4. <i>Complexidade</i>	10
3.5. <i>Risco de Continuidade</i>	10
3.6. <i>Rendibilidade Financeira</i>	11
3.7. <i>Endividamento Financeiro</i>	12
4. Estudo Empírico	13
4.1. <i>Amostra</i>	13
4.2. <i>Metodologia</i>	14
4.2.1. <i>Auditor</i>	14
4.2.2. <i>Honorários</i>	14
4.2.3. <i>Opinião Auditor</i>	15
4.2.4. <i>Setor</i>	15
4.2.5. <i>Dimensão da Empresa</i>	15
4.2.6. <i>Complexidade</i>	16
4.2.7. <i>Risco de Continuidade</i>	16
4.2.8. <i>Rentabilidade Financeira</i>	16
4.2.9. <i>Endividamento Financeiro</i>	17
5. Análise de Resultados.....	17
6. Conclusões	25
Referências Bibliográficas	27
Anexos.....	40

Índice de Tabelas

Tabela I – Descrição da Amostra Final	13
Tabela II – Estatística Descritiva das Variáveis Dependente e Independentes	17
Tabela III – Resultados obtidos através da Regressão Linear	20
Tabela IV – Resultados obtidos através da Regressão Poisson.....	22

Lista de Abreviaturas

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

ISA - *International Standard on Auditing*

KAM - *Key Audit Matters*

OLS - *Ordinary Least Squares*

NBC TA - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica aplicadas à Auditoria

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

NRA - Novo Relatório do Auditor Independente

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*

IFAC - *International Federation of Accountants*

ROA – *Return on Assets*

Índice Anexos

Tabela I - Resultados da correlação entre as Variáveis Dependente e Independentes ...	40
---	----

1. Introdução

Tendo em conta os momentos de crise e o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro, ao longo dos últimos anos, tem existido uma especial atenção à qualidade das auditorias independentes às demonstrações financeiras realizadas (Braunbeck, 2010).

Segundo Lin & Hwang (2010), os auditores externos são responsáveis pela verificação das demonstrações financeiras, de modo a conferir que estas refletem verdadeiramente a situação financeira e os resultados apresentados pela empresa. Decorrente dessa análise resulta o relatório final de auditoria. Contudo, o formato deste tem sido criticado, uma vez que é considerado bastante padronizado e pouco informativo para os seus utilizadores (Bédard et al., 2014).

Nesse sentido, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu a *International Standard on Auditing* (ISA) 701 - Comunicação de *Key Audit Matters* (KAM), em janeiro de 2015. Este novo capítulo no relatório de auditoria consiste na divulgação de normas que, segundo o auditor, demonstrem ser críticas ao longo da sua análise e apresentem relevância para compreender o trabalho realizado por si, como também as demonstrações financeiras da empresa (Matos & Cardoso, 2017). Esta norma tem como objetivo harmonizar o relatório de auditoria nos vários países e, ainda, possibilitar uma linguagem mais compreensível aos utilizadores das demonstrações financeiras (Matos et al., 2018).

De acordo com Roxo (2016) e Lennartsson (2015), a entrada em vigor da norma para além de tornar o relatório final de auditoria mais individualizado para a empresa auditada, vai também proporcionar maior informação sobre áreas de risco reportadas através de KAM.

A opinião emitida no relatório de auditoria pode ser influenciada por determinadas características, tanto da auditora, bem como da entidade que está a ser auditada. Inclusivamente, é através da análise destas características que se torna possível verificar certos determinantes de qualidade das auditorias (Braunbeck, 2010).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar o número das KAMs divulgadas pelas empresas brasileiras e verificar os principais determinantes dessa divulgação.

Assim, a amostra é composta por dados financeiros de 447 empresas brasileiras cotadas em bolsa na BM&FBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2016.

Relativamente à metodologia, primeiramente foi feita uma análise ao relatório de auditoria, com o intuito de verificar o número de KAMs reportadas. De seguida, para analisar a relação entre os principais determinantes e a divulgação de KAMs, estabeleceu-se uma variável dependente correspondente ao número de KAMs. No que diz respeito às variáveis independentes, estas foram definidas com base em literatura anterior. As variáveis tanto passam por características da auditora, como se a auditora pertence ao grupo das quatro maiores empresas especializadas em auditoria (sendo estas Deloitte Touche Tohmatsu, PWC, EY e KPMG, denominadas *Big 4*), a opinião do auditor no relatório e os honorários cobrados pela auditora; como por características da empresa auditada. Estas denotam o setor que as empresas brasileiras integram, a sua dimensão, se demonstram risco de continuidade no ano em estudo, o número de segmentos apresentado e, por fim, os indicadores financeiros de rentabilidade e endividamento. Tendo as variáveis definidas, foi testado o modelo através das regressões OLS (*Ordinary Least Squares*) e de Poisson.

Na regressão linear, as variáveis de opinião do auditor e a dimensão da empresa auditada corroboram as hipóteses formuladas do estudo, contudo o tipo de auditora não verifica a literatura anterior. Deste modo, quando é uma auditora do tipo *Big 4* a realizar a auditoria existe um menor número de KAMs, situação que também se verifica quando opinião do auditor é de não qualificação das demonstrações financeiras. Contrariamente, quando existe um aumento da dimensão da empresa auditada, é reportado um maior número de KAMs.

Em relação à regressão de Poisson, as variáveis da opinião do auditor, a dimensão, a rentabilidade e endividamento financeiro da empresa auditada comprovam as hipóteses deste estudo, porém a variável do tipo de auditora não a sustenta. Assim, quando a empresa auditada evidencia maior rentabilidade ou endividamento, é detetado um maior número de KAMs no relatório de auditoria.

Este estudo é relevante pois contribui para identificar e verificar de que modo certas características da auditora e da empresa auditada podem influenciar o número de KAMs apresentadas no relatório de auditoria. Nomeadamente, é de salientar o interesse em

perceber quais os determinantes na divulgação de KAMs para os utilizadores do relatório final de auditoria. As recentes alterações legislativas em auditoria, tal como o desenvolvimento do mercado e sistema financeiro do Brasil (Niyama et al., 2013), evidenciam a importância da aplicação deste tema ao país. De notar que o estudo dos determinantes da divulgação de KAMs encontra-se em falta no país, uma vez que a introdução da ISA 701 realizou-se em 2016 nas empresas brasileiras cotadas.

Este trabalho encontra-se dividido em seis capítulos. Depois da introdução, é apresentado o capítulo de enquadramento do estudo ao mercado brasileiro e, de seguida, a revisão de literatura que se encontra subdividida pelas variáveis que originam as hipóteses a estudar. Relativamente ao quarto capítulo, é apresentado a amostra do estudo, tal como a metodologia aplicada às variáveis elaboradas. No capítulo seguinte procede-se à discussão de resultados obtidos pelas estatísticas descritivas e regressões efetuadas. Por fim, no sexto capítulo é apresentada a conclusão deste trabalho.

2. Enquadramento

O relatório de auditoria emitido baseia-se nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica aplicadas à Auditoria (NBC TA) 700 que se apresenta em conformidade com as Normas Internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) (Roxo, 2016).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem como função a orientação, normalização e fiscalização da profissão de contabilidade (Decreto-Lei nº 9.295, 1946). Na Resolução CFC n.º 1.328/11 encontra-se a regulamentação para as Normas Brasileiras de Contabilidade, que podem ser classificadas em profissionais e técnicas. Isto é, as primeiras estipulam as regras de exercício profissional e as segundas dizem respeito às regras e procedimentos aplicados na Contabilidade (CFC, 2011).

Segundo Castro et al. (2017), a atenção para o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de auditoria (ISA) teve início em 2009. A partir dessa data, o país acompanhou a tendência internacional, aderindo às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). Também a partir dessa data, a divulgação dos valores cobrados em honorário pela auditora passou a ser de divulgação obrigatória, com a instrução normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 480/09 (CVM, 2009).

Tanto a crise no mercado financeiro brasileiro, como as críticas à forma de divulgação do relatório de auditoria (Braunbeck, 2010), levaram à necessidade de reflexão sobre a qualidade do trabalho das auditorias independentes. Deste modo, em julho de 2016 entrou em vigor um conjunto de normas que constituem o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) (Tommasetti, 2017). Entre as normas emitidas encontra-se a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Esta norma é reflexo da ISA 701.

A introdução do NRA tem em atenção a necessidade de informação relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras, sendo assim de carácter obrigatório para as empresas cotadas em bolsa a partir de 31 de dezembro de 2016 (Tavares, 2017).

3. Revisão da Literatura

O relatório de auditoria é elaborado de acordo com a opinião formada pelo auditor através da análise das demonstrações financeiras de uma empresa, em determinado período. Posteriormente, o auditor realiza uma breve descrição das áreas auditadas e emite uma opinião quanto às demonstrações financeiras, isto é, se são qualificadas ou não (Carrington & Johed, 2014). Esses autores defendem ainda que o relatório de auditoria é um documento importante para os *stakeholders*, pois é a partir do mesmo que os utilizadores tomam a decisão de investir nas empresas.

Libby (1979) acrescenta que o relatório de auditoria é a essência da comunicação entre os auditores e os utilizadores, pois é com este que se assegura a confiança nas demonstrações financeiras analisadas. Além do mais, a divulgação do relatório permite a redução da assimetria de informação entre os mesmos (Martins & Lopes, 2005).

A opinião emitida pelo auditor pode ser afetada por uma série de determinantes que são categorizados como fatores de natureza financeira e não financeira (Caramanis & Spathis, 2006). Estes determinantes de opinião de auditoria têm como base dados observados na empresa auditada, na auditora e na relação entre ambos. Nesse seguimento, oferecem indícios para a explicação da opinião emitida pelo auditor (Ireland, 2003; Pasiouras et al., 2007; Ye et al., 2011).

Cada vez mais o relatório financeiro apresenta-se sob pressão, não só por parte dos reguladores, mas também pelos investidores e imprensa. As críticas passam pela sua

forma, conteúdo e valor para os utilizadores (Carson et al., 2013; Church et al., 2008; Smieliauskas et al., 2008; Mock et al., 2013). Desta forma, os utilizadores exigem um relatório com mais informação relativa à empresa, como também ao procedimento da auditoria (Gonçalves, 2018). É também importante de salientar que alguns autores consideram que o relatório não é eficaz na comunicação de informações relevantes sobre a auditoria aos utilizadores (Gray et al., 2011; Vanstraelen et al., 2012). A falha na comunicação remete para a *expectation gap* entre o auditor e os utilizadores do relatório. Este conceito aparece pela primeira vez aplicado à auditoria por Liggio (1974). Este autor define *expectation gap* como a diferença entre os níveis de expectativa no desempenho previsto pelo auditor independente e pelo utilizador das demonstrações financeiras. Segundo Sterzeck (2017), a existência desta diferença cria ineficiências na comunicação, levando a que a tomada de decisão seja negativamente influenciada e consequente deterioração da confiança na profissão de auditoria.

Segundo a IAASB (2013), a forma padronizada do relatório tem sido uma preocupação, já que não responde às necessidades de informação dos utilizadores. Deste modo a IAASB publicou a ISA 701- Comunicação de KAM, em janeiro de 2015. Esta norma introduz uma nova seção no relatório de auditoria que consiste nos assuntos que o auditor considere mais significantes das demonstrações financeiras e onde despender maior tempo de atenção. Assim sendo, o auditor vai ser inteiramente responsável por decidir que assuntos foram mais relevantes no período que analisou (Dogan & Arefaine, 2017). O objetivo da introdução de KAM passa por transmitir informação do trabalho realizado por parte do auditor, ou seja, melhorar a comunicação do relatório de auditoria com os seus utilizadores (Kohler et al., 2016).

No processo de determinação das KAMs, o auditor tem em consideração as áreas que tenham maior risco significativo associado, que apresentem julgamentos significativos nas demonstrações financeiras (incluindo estimativas que tenham incerteza de estimação elevada) e os efeitos da auditoria em acontecimentos significativos que tenham sucedido no período (IAASB, 2015).

A comunicação de KAM torna-se efetiva para auditorias de demonstrações financeiras de períodos que encerram em, ou após, 31 de dezembro de 2016. Na nova seção do relatório de auditoria, intitulada como “*Key Audit Matters*”, o auditor deve

descrever cada KAM como também incluir a forma como é analisada na auditoria (IAASB, 2015).

Com a introdução da ISA 701, o relatório de auditoria sofre alterações no seu formato pois, para além da nova secção onde são descritas as KAMs, a conclusão formada pelo auditor é apresentada no início em vez no final (Lennartsson, 2015).

Segundo IAASB (2015), as KAMs vão resultar num relatório de auditoria menos padronizado, transmitindo informação específica sobre a empresa e proporcionando transparência. Por essa razão, o IAASB não fornece exemplos de que KAMs devem ser comunicadas, de modo a reduzir o risco de relatórios padronizados (Dogan & Arefaine, 2017). Esses mesmos autores defendem ainda que as mudanças no relatório permitem um aumento de transparência pois as áreas que necessitam de maior atenção, os riscos associados à empresa e como estes são geridos encontram-se divulgados.

O maior número de informação divulgada no relatório vai ser uma vantagem para os seus utilizadores (Boyd et al., 2001) e, para além disso, os relatórios de auditoria ficam mais fáceis de compreender por parte do leitor (Öhman, 2007).

Segundo Christensen et al. (2014), os investidores que recebem um relatório com KAMs têm maior tendência de alterar a decisão de investimento dos que os que recebem um relatório de auditoria sem essa informação. Deste modo, a introdução de KAM é útil na tomada de decisão de investimentos (Öhman, 2007), pois os utilizadores com o relatório compreendem as áreas que são mais significativas da empresa auditada e como foram abordadas, contribuindo para o aumento do valor comunicativo do mesmo (Dogan & Arefaine, 2017).

Estudos anteriores demonstram que existe uma redução da assimetria de informação entre utilizador e auditor, pois neste relatório consta informação sobre o papel do auditor, como a sua responsabilidade na auditoria é esclarecida (IAASB, 2015; Koh & Woo, 1998; Boyd et al., 2001; Dogan & Arefaine, 2017).

Um relatório de auditoria mais individualizado pode ter como consequência um esforço adicional do auditor (Carcello & Li, 2013; Roxo, 2016). Isto é, uma vez que é pedido ao auditor para elaborar declarações sobre áreas complexas (Öhman, 2007), estes podem aumentar os procedimentos e desenvolver processos de controlo de qualidade, o que se traduz num custo adicional devido ao aumento de trabalho (Bédard et al., 2014).

De modo consequente, este esforço adicional pode resultar num aumento dos honorários de auditoria (Carcello & Li, 2013), bem como no atraso do relatório (Bédard et al., 2014). Por outras palavras, como é necessário um maior esforço total na auditoria, a introdução de KAM pode levar ao aumento de espera do relatório (Knechel & Payne, 2001). Porém, Knechel et al. (2012) defendem que se o auditor realizar esse esforço com antecedência, não há razões para haver efeito de atraso no relatório.

A divulgação de distorções ou fraudes contabilísticas nas demonstrações financeiras auditadas aumenta os potenciais custos do auditor (Brasel et al. 2016; Kachelmeier et al. 2018; Gimbar et al. 2016). Esses custos estão relacionados com o aumento do risco reputacional e de litígio (DeFond & Zhang, 2014), bem como com a maior exposição do auditor a riscos legais e aumento de responsabilidade (Backof et al., 2014). Relativamente à maior responsabilidade por parte do auditor, ao divulgar mais informação existe um aumento da possibilidade de reclamação afirmando que o auditor estava ciente dos riscos das demonstrações financeiras, e que por isso devia ter executado algo mais para evitar a distorção (Gimbar et al., 2016).

Segundo o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) subsistem duas fontes de preocupação ligadas ao fato dos investidores não profissionais poderem não ser capazes de utilizar informação contabilística e de auditoria (Cox, 2006). Primeiro, os investidores podem ter dificuldades em compreender as KAMs devido ao uso de linguagem técnica (Arnedo et al., 2008). Deste modo surgem problemas entre utilizadores do relatório com os auditores (Chong & Pflugrath, 2008). Segundo, a informação transmitida pode ser excessiva para os utilizadores, que deste modo não conseguem identificar a informação relevante (Eppler & Mengis, 2004; Chen et al., 2013). Consequentemente, os utilizadores podem tomar decisões de menor qualidade (Paredes, 2003) ou atribuir maior relevância a uma sugestão (Lim & Teoh, 2010). É de notar que quanto maior o número de KAM num relatório de auditoria, menor a atenção do utilizador para as áreas não reportadas no relatório (Sirois et al., 2014).

Certos autores apoiam que a introdução de KAM não vai ter as consequências que se esperam, uma vez que a informação fornecida já era conhecida ou expectável (Bédard et al., 2014), ou quando a informação é nova, não é transmitido o suficiente de forma a criar diferenças para os utilizadores (Ball, 2013). Por essa razão, resultados anteriores

demonstram que o novo relatório de auditoria tem um valor simbólico (Bédard et al., 2014; Church et al., 2008; Mock et al., 2013) e não reportam reação significativa por parte dos investidores (Minutti-Meza et al., 2015).

Ao divulgar mais informação no relatório, o auditor tem que ter em conta o dever de confidencialidade (*The Confidentiality Duty* (TCD)) que se define pela “confidencialidade das informações adquiridas em relações profissionais e comerciais e não deve divulgar tais informações a terceiros sem a devida e específica autorização, a menos que haja um direito ou dever legal ou profissional de divulgar” (IFAC, 2006). Segundo Dogan & Arefaine (2017) este fato contribui para aumentar o risco do auditor, uma vez que os seus clientes revelam informação sensível e estes têm que ter atenção na divulgação de modo a não prejudicar a empresa auditada. Caso os auditores comuniquem algo que os clientes entendam que ultrapasse o TCD pode levar a efeitos negativos, nomeadamente, a perda do cliente. Portanto, os auditores encontram-se impedidos de divulgar informação que não é conhecida devido ao risco de danificar a empresa (Lennartsson, 2015). Segundo Vanstraelen & Schelleman (2011), os auditores estão dispostos a divulgar as informações adicionais exigidas pela KAM, sob condição que estas não ultrapassem o TCD.

Deste modo é possível verificar a importância do conhecimento dos vários determinantes decisivos para a opinião formada pelo auditor sobre as KAMs que devem ser divulgadas. De acrescentar que o conhecimento dessas variáveis, que podem influenciar a decisão do auditor, contribui para os órgãos reguladores agirem de modo a apoiar a realização do serviço esperado por parte do auditor (Ianniello, 2012).

3.1. *Auditor*

Uma das variáveis apontadas pela literatura como determinante de opinião de auditoria é a dimensão da auditora. Segundo diversos autores, as *Big 4* proporcionam uma auditoria de maior qualidade (Francis & Krishnan, 1999; Krishnan, 2003; Francis & Yu, 2009). Tal pode ser justificado pelo investimento nos recursos humanos e financeiros, permitindo que essas auditoras tenham acesso a tecnologia avançada e, desta forma, possam investir nos processos de auditoria (Simunic & Stein 1987).

No que diz respeito à relação do auditor com o cliente, estudos anteriores verificaram que este grupo de auditoras não compromete a sua independência (Chi et al., 2012;

Carcello et al., 2000) para além de reportarem de um modo mais conservador (DeAngelo, 1981; Raghunandan & Rama, 1995; Basu et al., 2001; Reynolds & Francis, 2000).

Nesse sentido, confere-se a existência de uma relação positiva entre as empresas auditadas pelas *Big 4* e a emissão de uma opinião não qualificada. Tal relação é justificada pela capacidade de suportar a pressão dos clientes, identificando e relatando não conformidades (Lai, 2013; Camargo, 2012). Consequentemente, espera-se que exista um maior número de KAM reportadas pelas *Big 4*.

H1: Existe uma associação positiva entre o facto de uma empresa ser auditada por uma Big 4 e o número de KAM.

3.2. Opinião Auditor

Através da emissão de opinião das demonstrações financeiras no relatório é esperado que este expresse efetivamente a situação financeira da empresa em questão (Almeida, 2009). Por conseguinte, permite aos utilizadores das demonstrações confiar nas informações relatadas, auxiliando na tomada de decisão (Santa, 2016).

Com a introdução da norma em estudo, o auditor fica perante situações de impossibilidade de divulgar KAMs, quando o assunto em questão vai ser o motivo da emissão de uma opinião não qualificada (Silva, 2018). Isto é, o auditor fica impedido de reportar KAMs quando abstém a opinião, com exceção se essa informação for imposta por lei ou regulamento (CFC, 2016).

Assim sendo, é de expectar que a empresa auditada ao receber uma opinião com reservas nas demonstrações financeiras apresente um menor número de KAM reportadas.

H2: Existe uma associação negativa entre a opinião do auditor e o número de KAM.

3.3. Dimensão da Empresa

Certas características da empresa auditada podem ser consideradas determinantes na opinião do auditor, tais como o tamanho da empresa, que aumenta a possibilidade de esta receber uma opinião modificada (Ireland, 2003; Marques et al., 2015). Uma das causas apontada é o maior volume de ativos para gerir, que tornam a empresa mais propensa a manipular os seus resultados (Lawrence et al., 2011; Lai, 2013).

DeAngelo (1981) defende que empresas de tamanho elevado podem ter uma opinião não qualificada devido a comprometerem a sua independência. Assim sendo, é de esperar que essas mesmas empresas detenham um maior número de KAMs, em resposta ao maior risco do cliente.

H3: *Existe uma associação positiva entre a dimensão da empresa auditada e o número de KAM.*

3.4. *Complexidade*

De seguida, é necessária uma variável que integre a complexidade da empresa de modo a compreender como esta se comporta com a introdução da norma em estudo. Essa variável explicativa é o número de segmentos reportados pela empresa no seu relatório financeiro, uma vez que estudos anteriores abordam as vantagens desta forma de relato. Nomeadamente, a possibilidade de uma melhor perceção quanto aos riscos e oportunidades resulta na capacidade de influenciar os investidores na tomada de decisão (Wilson et al., 2001; Berger & Hann, 2003). Consequentemente, o aumento da complexidade do cliente leva ao aumento do risco do cliente para o auditor, sendo que quanto maior o número de segmentos da empresa, maior o número de KAMs esperadas.

H4: *Existe uma associação positiva entre a complexidade da empresa auditada e o número de KAM.*

3.5. *Risco de Continuidade*

A incerteza relativa à capacidade de continuidade da empresa considera-se um determinante para a opinião formada pelo auditor. A avaliação da capacidade é feita através do julgamento sobre a incerteza dos resultados futuros da empresa (Marques & Souza, 2017).

O auditor, ao emitir uma opinião com risco de continuidade operacional, deve avaliar as consequências para o seu cliente. Isto é, o auditor deve ponderar entre emitir uma opinião com risco de continuidade que não se verifique posteriormente (erro tipo I) ou não emitir essa opinião e o cliente falhar (erro tipo II) (Matsumura et al., 1997; Tucker et al., 2003).

Estudos anteriores revelam que os auditores estão mais dispostas a divulgar uma opinião com risco de continuidade quando a empresa em questão é menos lucrativa

(Menon & Schwartz, 1987; Lee et al., 2005), revela níveis elevados de alavancagem (Mutchler, 1985; Raghunandan & Rama, 1995), apresenta liquidez reduzida (Menon & Schwartz, 1987; Raghunandan & Rama, 1995) e é pequena dimensão (McKeown et al., 1991; Mutchler et al., 1997). O registo de perdas em anos consecutivos é também um indicador para o auditor avaliar a capacidade de continuidade (Gallizo & Saladríguez, 2016), sendo que a incerteza em relação às estimativas do risco de falência da empresa aumenta a possibilidade de obter uma opinião com risco de continuidade operacional (Lennox & Kausar, 2017).

A relação entre opinião com risco de continuidade e as características do auditor é alvo de variados estudos. Os clientes das *Big 4* têm menor tendência de receber uma opinião com risco de continuidade (Reichelt & Wang, 2010; DeFond & Lennox, 2011; Willekens & Numan, 2011), devido a esses clientes estarem em melhores condições financeiras e apresentarem um menor nível de manipulação (Defond et al., 2002).

Kausar et al. (2017) demonstram que a opinião com risco de continuidade afeta a avaliação dos utilizadores das demonstrações financeiras. Esta opinião pode ser formada com base em várias características da empresa auditada. Nogler (1995) defende que uma vez emitida opinião de risco de continuidade, a empresa necessita de demonstrar melhorias significativas no seu desempenho com o intuito de evitar outra opinião com esse mesmo risco. É de esperar com a divulgação da opinião com risco de continuidade verificar a presença de um maior número de KAM no relatório de auditoria da empresa.

H5: Existe uma associação positiva entre a existência de opinião com risco de continuidade e o número de KAM.

3.6. Rendibilidade Financeira

Zanchun et al. (2010) evidenciam que as empresas com um maior nível de rentabilidade encontram-se associadas a uma melhor opinião de auditoria, pois não necessitam de manipular as informações com a finalidade de agradar o mercado. Consequentemente, reduz-se a probabilidade de receber uma opinião não qualificada (Marques et al., 2015). É de esperar então que um maior nível de rentabilidade da empresa auditada resulte num maior número de KAM no relatório final de auditoria, em resposta ao maior risco da empresa em questão.

H6: *Existe uma associação positiva entre rentabilidade da empresa auditada e o número de KAM.*

3.7. Endividamento Financeiro

Dopuch et al. (1987) e Monroe & Teh (1993) verificaram que características das empresas auditadas eram fundamentais para prever a emissão da opinião de auditoria, sendo a divulgação de prejuízos significante na determinação dessa opinião. Estudos anteriores demonstram que empresas que apresentem prejuízos estão mais expostas a receber uma opinião com risco de continuidade (Ireland, 2003; Ye et al., 2011). Além disso, Chan & Walter (1996) evidenciam que empresas com um valor elevado de endividamento apresentam um maior risco financeiro. Nesse sentido, vai levar ao aumento do risco desse cliente para o auditor. Assim, é de esperar que empresas com maior endividamento revelem um maior número de KAM.

H7: *Existe uma associação positiva entre o nível de endividamento da empresa auditada e o número de KAM.*

4. Estudo Empírico

Este trabalho tem como finalidade identificar, quer o número de KAMs divulgadas pelas empresas brasileiras, quer os principais determinantes dessa divulgação. Com esse fim foi realizada uma estatística descritiva e também aplicadas regressões linear e de Poisson à amostra designada.

4.1. Amostra

A amostra deste trabalho é composta pelas empresas brasileiras cotadas em bolsa na BM&FBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2016. Mais em concreto, foram retirados os dados financeiros de 448 empresas, sendo excluídas as empresas que não apresentem os dados necessários para aferir as hipóteses formuladas anteriormente, levando a uma amostra final constituída por 447 empresas. Na Tabela I é apresentada a classificação das empresas por setor, seguindo a divisão atualmente utilizada pelo BM&FBOVESPA. Relativamente aos dados, foram recolhidos através da análise da informação dos Relatórios de Auditoria disponibilizados pelas empresas, tal como das Demonstrações Financeiras Consolidadas e respetivas Notas de 2016. De acrescentar que os valores de honorários cobrados por parte dos auditores advêm da consulta dos Formulários de Referência desse mesmo ano.

A amostra do estudo corresponde a 2016, ano em que foi introduzida a comunicação de KAM nos relatórios de auditoria.

Tabela I – Descrição da Amostra Final

Segmento	Número Empresas	Percentagem (%)
Setor Financeiro	119	27
Setor Consumo Cíclico	79	18
Setor Consumo não Cíclico	24	5
Setor Utilidade Pública	66	15
Setor Saúde	18	4
Setor Telecomunicações	6	1
Setor Bens Industriais	73	16
Setor Materiais Básicos	32	7
Setor Petróleo, Gás e Biocombustível	11	2
Setor Tecnologia de Informação	7	2
Não classificado	12	3
Total	447	100

4.2. Metodologia

Para atingir o primeiro objetivo do trabalho procedeu-se à análise do relatório do auditor, de modo a identificar o número das KAMs divulgadas.

Para a concretização do segundo objetivo (verificar os principais determinantes da divulgação de KAMs) foi definida como variável dependente o número de KAM. Relativamente às variáveis independentes, que explicam o modelo, foram definidas nove variáveis, com base na revisão de literatura, que têm em conta não só as características da auditora, mas também da empresa auditada. Deste modo, o modelo de regressão é definido da seguinte forma:

$$(1) \quad KAM = \beta_0 + \beta_1 Audit + \beta_2 Honor + \beta_3 Op_Audit + \beta_4 Set_Finan \\ + \beta_5 Set_CC + \beta_6 Set_Cnc + \beta_7 Set_UP + \beta_8 Set_Saúde + \beta_9 Set_Tele \\ + \beta_{10} Set_BI + \beta_{11} Set_MB + \beta_{12} Set_Petr + \beta_{13} Set_TI + \beta_{13} \ln(AT) \\ + \beta_{14} Segm + \beta_{15} RC + \beta_{16} ROA + \beta_{17} Endiv + \beta_{18} Endiv + \varepsilon$$

De seguida são definidas as variáveis que compõem o modelo para as regressões linear e de Poisson.

4.2.1. Auditor

De acordo com Reynolds & Francis (2000), as *Big 4* tendem a divulgar de uma forma mais conservadora para evitar riscos de litígio perante os seus clientes. Deste modo é de esperar um maior número de KAM divulgadas por parte dessas auditoras.

Assim, a variável auditora é definida como uma variável *dummy*. Esta assume o valor de 1 quando a auditora que efetua o relatório final de auditoria pertence ao grupo *Big 4* e assume o valor de 0 quando a auditora não pertence a esse mesmo grupo.

4.2.2. Honorários

Segundo Bédard et al. (2014), a introdução de KAM pode levar ao aumento do custo de realização do relatório de auditoria, como consequência do esforço adicional na

auditoria e nos procedimentos seguidos pelo auditor. Assim, é de esperar que um valor elevado de honorários cobrados esteja anexado a um maior número de KAM reportadas.

Nesse sentido, o valor dos honorários cobrados pelos auditores é uma variável classificada como quantitativa contínua. Os valores apresentados encontram-se em Reais nos Formulários de Referência divulgados, moeda referente ao país em estudo.

4.2.3. *Opinião Auditor*

Através do relatório de auditoria é divulgada a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras de uma empresa, em determinado período (Mafra et al., 2017).

De forma a perceber se uma opinião modificada no relatório de auditoria influencia a presença de KAM, é gerada a variável opinião modificada. Esta é uma variável *dummy*, que apresenta valor de 1 quando o relatório é classificado como opinião com presença de reserva e de 0 quando a opinião não apresenta reservas às demonstrações financeiras.

4.2.4. *Setor*

Para compreender a influência da norma estudada com o meio em que cada empresa auditada se insere é analisado o seu tipo de setor. A classificação setorial das empresas cotadas do Brasil é elaborada pelo tipo, e uso, dos produtos e serviços, com o propósito de permitir uma identificação mais objetiva do setor de atuação da empresa (Patrocinio et al., 2017).

Para essa finalidade é criada a variável tipo de setor. Esta é uma variável independente, subdividida em 10, de acordo com a classificação utilizada atualmente pelo BM&FBOVESPA. Consequentemente, é gerada uma variável para cada setor sendo que assume o valor de 1 quando é o respetivo setor e assume o valor de 0 quando é outro dos nove setores possíveis de indicar. Cada uma destas variáveis é classificada como uma variável *dummy*.

4.2.5. *Dimensão da Empresa*

Para perceber a influência da dimensão da empresa auditada na presença de KAMs nos relatórios de auditoria é utilizado o ativo total. Segundo Assunção et al. (2017), através do tamanho, representado pelo valor do ativo total, existe a explicação da complexidade das operações das empresas auditadas. Consequentemente, é de esperar que empresas

com maior dimensão demonstrem um maior número de KAM nos relatórios, devido ao maior risco do cliente para o auditor.

Assim sendo, o logaritmo do ativo total é uma variável quantitativa discreta, que tem como referência o valor do ativo total da empresa auditada em Reais. É utilizado o logaritmo desta variável de modo a evitar alguma distorção que haja na sua distribuição.

4.2.6. *Complexidade*

A comunicação de KAM depende de vários fatores, nomeadamente da complexidade de análise da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015). Para isso é utilizado o número de segmentos reportados, pois esta separação de informação permite compreender com facilidade os riscos e oportunidades da empresa (Aillón et al., 2013).

Deste modo, a informação por segmentos da empresa auditada passa pela variável de número de segmentos, classificada como uma variável quantitativa discreta. Esta tem como base o número divulgado nas Notas das Demonstrações Financeiras da empresa, quando esta apresenta segmentos.

4.2.7. *Risco de Continuidade*

De acordo com literatura anterior, a divulgação de risco de continuidade em determinada empresa pode levar ao declínio da sua posição financeira (Rosner, 2003; Gallizo & Saladríguez, 2015). Além disso, uma opinião deste tipo tem poder informativo no mercado (Menon & Williams, 2010).

Assim, para avaliar a presença de risco de continuidade é criada uma variável *dummy*. Esta toma valor igual a 1 quando existe risco de continuidade no relatório de auditoria e o valor é igual a 0 quando esse risco não é referido no relatório.

4.2.8. *Rentabilidade Financeira*

Segundo Habib (2013), existe relação entre a rentabilidade financeira demonstrada pela empresa auditada e a obtenção de uma opinião não qualificada no relatório de auditoria final.

De modo a analisar a influência da norma em estudo é escolhida a rentabilidade do ativo (*Return on Assets* - ROA) como variável, sendo que esta demonstra a situação financeira da empresa auditada. Esta é uma variável quantitativa contínua que é calculada

através da fração do resultado líquido pelo ativo total apresentado. Os valores absolutos do resultado líquido e ativo total são apresentados em Reais.

4.2.9. *Endividamento Financeiro*

A análise do nível de endividamento financeiro na empresa auditada indica que esta está predisposta a ter uma opinião modificada, podendo revelar existência de risco de continuidade (Ireland, 2003).

Com esse objetivo é calculado o rácio de endividamento por meio da divisão do passivo total pelo ativo total, fornecendo uma variável quantitativa contínua. Os valores absolutos do passivo total e ativo total são apresentados em Reais.

De seguida elabora-se um modelo de Poisson, que toma as mesmas variáveis que o modelo de regressão linear anterior e, consequentemente, apresentação idêntica. A utilização desta regressão é adequada pois a variável dependente caracteriza-se por ser uma variável quantitativa discreta.

5. **Análise de Resultados**

Na Tabela II estão apresentadas as estatísticas descritivas para a variável dependente e as variáveis independentes.

Tabela II – Estatística Descritiva das Variáveis Dependente e Independentes

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
KAM	2,4815	2	1,5016	0	8
Auditor	0,7275	1	0,4457	0	1
Honorários	1 402 479	399 590	4 902 517	2 420	64 227 000
Opinião Auditor	0,0531	0	0,2245	0	1
Setor Financeiro	0,2564	0	0,4371	0	1
Setor Consumo Cíclico	0,1801	0	0,3847	0	1
Setor Consumo não Cíclico	0,0554	0	0,2291	0	1
Setor Utilidade Pública	0,1501	0	0,3576	0	1
Setor Saúde	0,0393	0	0,1944	0	1
Setor Telecomunicações	0,0139	0	0,1170	0	1
Setor Bens Industriais	0,1663	0	0,3728	0	1
Setor Materiais Básicos	0,0739	0	0,2619	0	1

Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,0231	0	0,1504	0	1
Setor Tecnologia Informação	0,0162	0	0,1263	0	1
Dimensão Empresa [ln(AT)]	16 037 985 722 [20,6393]	1 829 054 500	95 212 205 425 [3,0674]	38 977 [9,798]	1 387 215 686 000 [27,958]
Complexidade	1,677	1	1,7043	0	8
Risco de continuidade	0,1685	0	0,3748	0	1
Rentabilidade	-0,0466	0,0141	0,3830	-3,2857	2,2173
Endividamento	0,8685	0,6313	2,1858	0	40,7963

A variável dependente evidencia um total de 1 084 KAMs reportadas, referentes às empresas da amostra estudada. O valor médio nos relatórios de auditoria referentes ao período 2016 é de 2,48 KAMs por empresa, com um desvio padrão de 1,502. Relativamente ao valor médio de KAM por empresa noutros países, o Reino Unido demonstra uma média de 4,1 KAMs, e a França e o Chipre de 2 KAMs nos relatórios de auditoria (Bédard et al., 2014; ACCA, 2018). A mediana aponta para 2 KAM no relatório final e o número máximo de KAMs presentes nos relatórios é de 8. Em comparação a estudos anteriores (Vik & Walter, 2017; Brouwer et al., 2016), a Noruega apresenta um valor máximo de 5 KAMs e a Holanda de 6 KAMs nos relatórios.

Sobre a natureza das KAMs referidas nos relatórios de auditoria, a norma mais frequentemente notificada é a de Provisões, passivos e ativos contingentes com 14,90% e o *Impairment* de ativos com 9,94%. Seguidamente surge Imposto, Receitas e Instrumentos Financeiros com, respetivamente, 9,11%, 8,56% e 7,54%. Estas cinco normas mais referidas nas KAMs representam um total de 50,02% das KAM reportadas nos relatórios finais de auditoria. De notar que as normas referidas como mais divulgadas em KAM suportam a literatura anterior (Tavares, 2017).

Relativamente às variáveis independentes, a média do tipo de auditora demonstra que 72,75% das empresas cotadas em bolsa no Brasil são auditadas por *Big 4*. É também possível apurar que, em média, as *Big 4* reportam 2,61 KAMs nos seus relatórios, enquanto que as auditoras não *Big 4* apresentam 1,95 KAMs.

Já a variável opinião modificada demonstra que, em média, 5,31% das empresas cotadas em bolsa têm uma opinião com reservas. De notar que a percentagem de KAMs reportadas para as empresas com emissão de uma opinião não qualificada é de 2,95%. No

que respeita ao risco de continuidade, o valor médio de empresas que apresentam esse risco é 16,85%.

O tipo de setor mais representativo na amostra deste trabalho é o setor financeiro, indicando uma média de 25,64%. Isto significa que aproximadamente um quarto das empresas cotadas do Brasil fazem parte do setor financeiro. O setor de telecomunicações e de tecnologia de informação são as que têm uma menor presença, de, respetivamente, 1,38% e 1,61%, em média.

O valor médio dos honorários cobrados pelas auditoras é de 1 402 479 Reais, em que assume como desvio padrão 4 902 517 Reais. A mediana desta variável encontra-se em 399 590 Reais. De acrescentar que toma como mínimo 2 420 Reais e como máximo 64 227 000 Reais. Este último, por ser um valor bastante elevado, pode representar um *outlier*. A diferença entre os honorários das *Big 4* e as restantes auditoras é de 1 588 828 Reais, em média, o que corrobora a informação de as auditoras pertencentes às *Big 4* cobrarem honorários *premium* (Hallak & Silva, 2012; Kwon et al., 2014).

Sobre a complexidade das empresas da amostra em estudo, o número médio de segmentos é 1,68, tendo como desvio padrão 1,70. A mediana demonstra um segmento de negócio nas empresas auditadas. O valor mínimo de segmentos é 0, sendo que o valor máximo são 8 segmentos.

A dimensão das empresas auditadas é expressa através do total do ativo, que assume o valor de 16 037 985 milhares de Reais, em média. Esta variável é também em escala logarítmica, tendo um valor médio de 20,64. É de notar a dispersão dos valores, pois o valor mínimo é de 9,8 e o valor máximo ascende aos 27,96.

Relativamente aos indicadores de desempenho financeiro, a rentabilidade financeira apresenta um valor médio de -4,66%, com desvio padrão de 0,38. O valor mínimo de rentabilidade é -3,29 e máximo é 2,22. De acrescentar que a mediana do valor de rentabilidade das empresas cotadas é 1,42%. O valor médio desta variável indica que a rentabilidade do ativo não é positiva, ou seja, as empresas estudadas não têm capacidade de gerar resultados com base nos seus ativos.

Passando para o indicador de endividamento, o valor médio da amostra é 86,85%, com um desvio padrão de 2,19. Ou seja, as empresas auditadas evidenciam a incapacidade

de financiar o seu ativo por recurso ao passivo. A mediana desta variável é 63,13%, tomando como valor mínimo 0 e máximo de 40,78.

Seguidamente analisa-se os resultados de correlação entre a variável dependente e todas as variáveis independentes, como apresentado na Tabela I - Anexos. A variável KAM demonstra estar significativamente correlacionada de forma positiva com a dimensão da empresa, honorários, número de segmentos da empresa auditada e o tipo de auditora. É também possível verificar que está negativamente correlacionada com a variável opinião modificada, com o risco de continuidade e com o setor financeiro.

Tabela III – Resultados obtidos através da Regressão Linear

Variáveis	Sinal Esperado	Coefficiente	Desvio Padrão	Valor-p
Auditor	+	-0,3389	0,1625	0,038**
Honorários	+	0,00001	0,0000	0,000***
Opinião Auditor	-	-1,1076	0,3216	0,001***
Setor Financeiro		-0,2087	0,2523	0,409
Setor Consumo Cíclico		0,0806	0,2587	0,756
Setor Consumo não Cíclico		-0,4796	0,3359	0,154
Setor Utilidade Pública		0,1672	0,2671	0,532
Setor Saúde		-0,1991	0,3821	0,603
Setor Telecomunicações		-0,5952	0,6669	0,373
Setor Bens Industriais		0,1524	0,2691	0,572
Setor Materiais Básicos		-0,0779	0,2691	0,766
Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis		0,0958	0,5414	0,860
Setor Tecnologia Informação		0,5812	0,5225	0,267
Dimensão Empresa	+	0,2265	0,0269	0,000***
Complexidade	+	0,0325	0,0424	0,445
Risco de continuidade	+	0,0256	0,1955	0,896
Rentabilidade	+	0,0166	0,0301	0,581
Endividamento	+	0,0009	0,0009	0,290
N		395		
R²		0,3587		
Teste F		11,68		<0,0001

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Por meio da regressão linear múltipla, é possível verificar a relação da variável dependente do estudo com as restantes variáveis independentes, representada na Tabela III. O modelo realizado tem capacidade de explicar a relação entre as variáveis já que o valor-p de estatística F é inferior ao nível de confiança (0,05). Deste modo, rejeita-se a hipótese nula e existe evidência estatística que, pelo menos uma das variáveis é significativa para explicar a variável dependente.

A regressão apresenta um coeficiente de determinação de 0,358, o que indica que as variáveis independentes do modelo explicam 35,87% da variância da variável KAM.

De modo a analisar a significância estatística individual das variáveis independentes do modelo, procedeu-se ao teste *t*. Assim verifica-se que as variáveis do tipo de auditoria, a opinião do auditor, os honorários e o logaritmo do ativo total possuem um valor-p inferior ao nível de significância. Logo, é possível rejeitar a hipótese nula e demonstrar a existência estatística que o coeficiente dessas variáveis é significativo, para este nível de significância. As restantes variáveis do modelo apresentam um valor-p superior, e assim sendo não vão rejeitar a hipótese nula. Isto significa também que se encontra evidência estatística que os seus coeficientes não são significativos, para um nível de significância de 10% e, consequentemente, aos restantes níveis.

Portanto, os coeficientes das variáveis tipo de auditoria, opinião do relatório de auditoria e os honorários cobrados representam o efeito parcial entre estas variáveis independentes com a variável dependente do estudo. Através do coeficiente do tipo de auditoria é possível referir que quando é uma auditoria *Big 4* a realizar o relatório de auditoria a probabilidade de existir KAMs no relatório é inferior 0,34. Tendo em conta este resultado, a H1 é rejeitada, sugerindo que a empresa ser auditada por uma *Big 4* toma uma associação negativa com o número de KAM. Relativamente ao coeficiente da variável de opinião modificada, estima-se que a probabilidade de existir KAMs no relatório de auditoria é inferior 1,11 quando este apresenta uma opinião modificada. Isto deve-se ao facto da comunicação de KAM realizar-se em conjunto com a emissão da opinião do auditor, ou seja, quando o auditor considera um assunto de risco e aborda-o como reserva na opinião final, este assunto já não pode ser considerado na seção de KAM (Vik & Walter, 2017). Por último, o coeficiente da variável honorário significa que uma variação de mil Reais nos honorários dos auditores, provoca um aumento estimado de

0,000075 no número de KAMs no relatório final. Por isso verifica-se uma associação positiva entre o valor dos honorários cobrados e o número de KAM, mesmo tendo uma influência reduzida.

Já o coeficiente da variável do ativo total corresponde à semi-elasticidade entre o ativo total e o número de KAM no relatório de auditoria. Assim sendo, para uma variação de 1% no ativo total da empresa auditada, é estimado um aumento de 0,002 na possibilidade de haver KAMs no relatório de auditoria. O resultado corrobora a H3, em que a dimensão da empresa auditada é positivamente relacionada com o número de KAM no relatório final. Comprova ainda que a divulgação da norma em estudo depende do tamanho e complexidade da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015).

Para verificar se os erros da regressão formulada são homocedásticos procedeu-se à realização do teste de Breusch-Pagan. Este demonstrou um valor-p inferior ao nível de significância (0,05) e, portanto, rejeita-se a hipótese nula. Deste modo, existe evidência estatística que favorece a existência de heterocedasticidade nos erros da regressão. Consequentemente, efetua-se novamente a regressão corrigindo a variância.

De seguida testa-se a colinearidade dos erros padrão, observando se encontram inflacionados. Com esse objetivo é calculado o teste VIF, que permite concluir que nenhuma variável demonstra colinearidade. Também foi realizado o teste RESET para a forma funcional, no qual não se rejeitou a hipótese nula de correta especificação da forma funcional do modelo.

Relativamente à regressão de Poisson realizada, o seu valor-p do teste LR é baixo, o que evidencia que, pelo menos um coeficiente das variáveis independentes do modelo é diferente de zero.

Tabela IV – Resultados obtidos através da Regressão Poisson

Variáveis Independentes	Sinal Esperado	Coeficiente	Desvio Padrão	Valor-p
Auditor	+	-0,1866	0,0876	0,033**
Honorários	+	0,00001	0,0000	0,000***
Opinião Auditor	-	-0,0494	0,1989	0,013**
Setor Financeiro		-0,1246	0,1268	0,327
Setor Consumo Cíclico		0,0706	0,1272	0,579
Setor Consumo não Cíclico		-0,1861	0,1697	0,273

Setor Utilidade Pública		0,0514	0,1282	0,688
Setor Saúde		-0,0287	0,1999	0,886
Setor Telecomunicações		-0,2039	0,3969	0,607
Setor Bens Industriais		0,0928	0,1315	0,481
Setor Materiais Básicos		-0,0534	0,1321	0,686
Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis		0,0433	0,2406	0,857
Setor Tecnologia Informação		0,2985	0,2498	0,232
Dimensão Empresa	+	0,1201	0,0158	0,000***
Complexidade	+	0,0078	0,0201	0,699
Risco de continuidade	+	-0,0021	0,1034	0,984
Rentabilidade	+	0,1019	0,0528	0,053*
Endividamento	+	0,0028	0,0013	0,035**
N		395		
Teste F		147,05		<0,0001

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Sobre a significância estatística individual, como apresentada na Tabela IV, as variáveis de tipo de auditora, a opinião ser modificada, honorários, rentabilidade financeira, endividamento e logaritmo do ativo total rejeitam a hipótese nula para um nível de confiança de 10%. Conclui-se que os coeficientes da regressão de Poisson para as variáveis enumeradas são estatisticamente diferentes de zero, *ceteris paribus*. As restantes variáveis do modelo falham na rejeição da hipótese nula e, assim, os respetivos coeficientes não são estatisticamente diferentes de zero, *ceteris paribus*.

Dessa forma, o coeficiente da variável do tipo de auditora demonstra que na presença de uma auditora *Big 4* existe menor probabilidade de divulgação de KAMs. Uma vez mais, o resultado obtido no modelo vai contra a literatura anterior e, por conseguinte, a H1. Para a variável de opinião modificada, é possível constatar que quando a empresa recebe uma opinião desse tipo, esta tem menor probabilidade de evidenciar KAMs. Relativamente aos honorários cobrados, quanto maior esse valor, maior probabilidade de apresentar KAMs no relatório de auditoria.

Quanto aos indicadores financeiros, o ROA indica que quanto maior a rentabilidade apresentada pela empresa auditada, mais provável existir um maior número de KAM. A

mesma situação é verificada com o endividamento, ou seja, quanto maior o endividamento da empresa, mais probabilidade de esta apresentar um maior número de KAMs. Os resultados sustentam as hipóteses 6 e 7, respetivamente, formuladas neste trabalho. Além disso, estes dois indicadores financeiros reforçam estudos anteriores, em que a rentabilidade, quer as dificuldades financeiras de uma empresa, têm um impacto positivo sobre o número de KAMs reportadas (Bédard et al., 2014; Velte, 2017).

Por último, o coeficiente sobre a dimensão da empresa aponta que um maior valor de ativo total aumenta a probabilidade de apresentar KAMs no relatório de auditoria. Consequentemente, este resultado comprova a associação positiva entre estas duas variáveis presentes na H3.

Os resultados obtidos na amostra estudada vão contra literatura anterior na medida que as auditoras denominadas *Big 4* reportam mais KAMs, devido à forma mais conservadora de emitir opinião, não colocando em causa a sua independência (DeAngelo, 1981; Craswell et al., 2002). De salientar a predominância de auditoras *Big 4* na realização do relatório final das empresas brasileiras cotadas em bolsa, como é referido em estudos no mesmo país (Silva, 2018).

Relativamente aos honorários adquiridos pelas auditoras, os resultados apontam que para valores mais elevados de honorários cobrados, maior o número de KAMs reportadas. Assim, são reforçados os estudos que defendem que, com a entrada em vigor desta norma, as auditoras vão aplicar esforços e recursos adicionais em processos de auditoria (Carcello & Li, 2013).

Por interpretação de estudos anteriores (CFC, 2016; Silva, 2018) é de esperar que quando a empresa auditada apresenta uma opinião modificada, então esta reúna um menor número de KAMs no seu relatório, uma vez que o que está a ser divulgado em KAM não pode coincidir com a razão para a qual emite uma opinião não qualificada. Nesse sentido, os resultados obtidos em ambas as regressões realizadas neste trabalho comprovam essa literatura.

Através deste estudo, é possível examinar conformidade na natureza das KAMs reportadas com outros países, nomeadamente Reino Unido e Noruega. Nestes países, a norma com maior representação é a de *Impairment* de ativos, justificada por ser uma área crítica de julgamento por parte da empresa auditada e, por isso expectável a importância para a sua avaliação (Vik & Walter, 2017). Em relação à norma com maior representação

neste trabalho, ou seja, de Provisões, passivos e ativos contingentes, pode ser explicada pelo fato das empresas em questão estarem implicadas em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, ou também em ações judiciais com antigos sócios (Gonçalves, 2018).

6. Conclusões

Este estudo tem como propósito identificar o número das KAMs reportadas, para as empresas brasileiras cotadas, e verificar quais os determinantes dessa divulgação. Nesse sentido, foram examinados os relatórios de auditoria e demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas brasileiras cotadas em bolsa, de modo a recolher os dados necessários para, depois, realizar as estatísticas descritivas e aplicar métodos de regressão.

Os resultados obtidos revelam que quando é uma auditora *Big 4* a efetuar o relatório final de auditoria é esperado um menor número de KAMs reportadas, contrariamente à literatura anterior. O mesmo é verificado quando existe uma opinião modificada. Por outro lado, o aumento dos honorários cobrados por parte da auditora vai resultar num maior número de KAMs. Relativamente aos determinantes das características da empresa auditada, é de esperar um maior número de KAMs quando a empresa apresenta uma maior dimensão. Sobre os indicadores financeiros, empresas que apresentem um maior nível de rentabilidade ou de endividamento, demonstram um maior número de KAMs divulgadas.

Este estudo contribui para o aumento de literatura sobre a entrada em vigor da ISA 701 no presente relatório de auditoria, investigando a relação com características determinantes para a divulgação da opinião do auditor. É de acrescentar o fato da amostra ter como foco um período recente e ser mais abrangente que estudos anteriores (Tavares, 2017; Gonçalves, 2018).

A principal limitação deste trabalho passa pela amostra definida, pois tem em conta apenas as empresas brasileiras cotadas e, assim, cria a impossibilidade de comparar a comunicação de KAM com os determinantes de opinião em situações financeiras e económicas distintas. Para além disso, apresenta ainda a incapacidade de analisar como as empresas reagem às KAMs referidas, uma vez que este estudo incide apenas no ano de 2016, muito devido à dificuldade na recolha dos dados necessários para estudos sobre as KAMs.

Por essa mesma razão, como pistas de investigação futura, sugere-se a diversificação da amostra e a extensão do tempo analisado para perceber o comportamento da empresa auditada às KAMs apontadas. Outra possibilidade passa pela análise dos parágrafos referentes a KAM, de modo a verificar se apresentam um texto padronizado ao longo do tempo. A confirmar-se, esta mudança no relatório de auditoria seria algo com um valor simbólico (Bédard et al., 2014), visto que não seguir um padrão era um dos pontos a favor da utilização de KAM.

Referências Bibliográficas

- Aillón, H.S., Silva, J.O., Pinzan, A.F. & Wuerges, A.F. (2013). Análise das informações por segmento: divulgação de informações gerenciais pelas empresas brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade* 10(19), 33-48.
- Almeida, M.C. (2009). *Auditoria: Um curso moderno e completo*, 8ª Ed. Santos: Atlas.
- Arnedo, L., Lizarraga, F. & Sánchez, S. (2008). Going-concern Uncertainties in Pre-bankrupt Audit Reports: New Evidence Regarding Discretionary Accruals and Wording Ambiguity. *International Journal of Auditing* 12(1), 25-44.
- Association of Chartered Certified Accountants (2018). Key Audit Matters: unlocking the secrets of the audit. *ACCA Report*.
- Assunção, R.R., Luca, M.M. & Vasconcelos, A.C. (2017). Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças* 28(74), 213-228.
- Backof, A., Bowlin, K. & Goodson, B. (2014). The impact of proposed changes to the content of the audit report on jurors' assessments of auditor negligence. *Doctoral Consortium*, University of Illinois.
- Ball, R. (2013). Accounting informs investors and earnings management is rife: Two questionable beliefs. *Accounting Horizons* 27(4), 847-853.
- Basu, S., Hwang, L.S. & Jan, C.L. (2001). Differences in conservatism between big eight and non-big eight auditors. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2428836> [acesso em: 17/03/2018]
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N. & Schatt, A. (2014). Costs and benefits of reporting Key Audit Matters in the audit report: The French experience. *International Symposium on Audit Research*.
- Bellovary, J.L., Giacomino, D.E. & Akers, M.D. (2007). A review of bankruptcy prediction studies: 1930 to present. *Journal of Financial Education*, 1-42.

- Berger, P.G. & Hann, R. (2003). The impact of SFAS No. 131 on information and monitoring. *Journal of Accounting Research* 41(2), 163-223.
- Bortolon, P.M., Sarlo, A., & Santos, T.B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças* 24(61), 27-36.
- Boyd, D.T., Boyd, S.C., & Boyd, W.L. (2001). The audit report: A "misunderstanding gap" between users and preparers. *National Public Accountant* 45(10), 56-60.
- Dogan, B. & Arefaine, B. (2017). The implementation of ISA 701 - Key Audit Matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report. *Master Dissertation*, Uppsala University.
- Brasel, K., Doxey, M.M., Grenier, J.H. & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review* 91(5), 1345-1362.
- Braunbeck, G.O. (2010). Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil. *Doctoral Dissertation*, Universidade de São Paulo.
- Brinn, T., Peel, M.J. & Roberts, R. (1994). Audit fee determinants of independent & subsidiary unquoted companies in the UK - an exploratory study. *The British Accounting Review* 26(2), 101-121.
- Brouwer, A., Eimers, P. & Langendijk, H. (2016). The relationship between key audit matters in the new auditor's report and the risks reported in the management report and the estimates and judgments in the notes to the financial statements. *Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie*.
- Camargo, R.V. (2012). Determinantes dos Pareceres dos Auditores Independentes Emitidos às Companhias Negociadas na BM&FBOVESPA. *Master Dissertation*, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Caramanis, C. & Spathis, C. (2006). Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: evidence from the Athens stock exchange. *Managerial Auditing Journal* 21(9), 905-920.

- Carcello, J., Hermanson, D. & Huss, H. (2000). Going-concern opinions: The effects of partner compensation plans and client size. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 19(1), 67-77.
- Carcello, J. & Li, C. (2013). Costs and Benefits of Requiring an Engagement Partner Signature: Recent Experience in the United Kingdom. *The Accounting Review* 88 (5), 1511-1546.
- Carrington, T. & Johed, G. (2014). How the business press stabilizes and destabilizes notions of audit failure. *Organizations and the Media: Organizing in a Mediatized World* 30, 116.
- Carson, E., Fargher, N.L., Geiger, M.A., Lennox, C.S., Raghunandan, K. & Willekens, M. (2013). Audit reporting for going-concern uncertainty: A research synthesis. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 32(1), 353-384.
- Castro, W.B., Peleias, I.R. & Silva, G.P. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças* 26(69), 261-273.
- Castro, R.L., Vasconcelos, J.P. & Dantas, J.A. (2017). Impactos das normas internacionais de auditoria nos relatórios dos auditores sobre as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros. *Revista Ambiente Contábil* 9(1), 1-20.
- Chan, Y.K. & Walter, T.S. (1996). Qualified audit reports and costly contracting. *Asia Pacific Journal of Management* 13(1), 37-63.
- Chen, L., Jones, K., Lisic, L., Michas, P., Pawlewicz, R. & Pevzner, M. (2013). Comments by the Auditing Standards Committee of the Auditing Section of the American Accounting association on the IAASB Proposal: Improving the Auditor's Report. *American Accounting Association* 7(1), 11-20.
- Chi, W., Douthett, E.B. & Lisic, L. (2012). Client importance and audit partner independence. *Journal of Accounting and Public Policy* 31, 320-336.

- Chong, K.M. & Pflugrath, G. (2008). Do different audit report formats affect shareholders' and auditors' perceptions?. *International Journal of Auditing* 12(3), 221-241.
- Chung, H.H. & Wynn, J.P. (2014). Corporate governance, directors' and officers' insurance premiums and audit fees. *Managerial Auditing Journal* 29(2), 173-195.
- Church, B.K., Davis, S.M. & McCracken, S.A. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons* 22(1), 69-90.
- Christensen, B.E., Glover, S.M. & Wolfe, C.J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest?. *Auditing; A Journal of Practice & Theory* 33(4), 71-93.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2009). Instrução Normativa número 480/09.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (1946). Decreto-Lei número 9.295.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2011). Resolução CFC número 1.328/11.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2016). Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 701.
- Cordos, G.S. & Fülöp, M.T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information Systems* 14(1).
- Cox, C. (2006). The interactive data revolution: Improved disclosure for investors, less expensive reporting for companies. *American Enterprise Institute, Washington DC*.
- Craswell, A., Stokes, D.J. & Laughton, J. (2002). Auditor independence and fee dependence. *Journal of Accounting and Economics* 33(2), 253-275.
- DeAngelo, L.E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* 3(3), 183-199.

- DeFond, M., Raghunandan, K. & Subramanyam, K.R. (2002). Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research* 40(4), 1247-1274.
- DeFond, M. & Lennox, C.S. (2011). The effect of SOX on small auditor exits and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* 52(1), 21-40.
- DeFond, M. & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics* 58(2-3), 275-326.
- Dopuch, N., Holthausen, R.W. & Leftwich, R.W. (1987). Predicting audit qualifications with financial and market variables. *Accounting Review*, 431-454.
- Eppler, M.J. & Mengis, J. (2004). The concept of information overload: A review of literature from organization science, accounting, marketing, MIS, and related disciplines. *The Information Society* 20(5), 325-344.
- Felix Jr, W.L. & Gramling, A.A. (2001). The contribution of internal audit as a determinant of external audit fees and factors influencing this contribution. *Journal of Accounting Research* 39(3), 513-534.
- Francis, J.R. & Krishnan, J. (1999). Accounting accruals and auditor reporting conservatism. *Contemporary Accounting Research* 16(1), 135-165.
- Francis, J.R. & Yu, M.D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review* 84(5), 1521-1552.
- Gallizo, J.L. & Saladríguez, R. (2016). An analysis of determinants of going concern audit opinion: Evidence from Spain stock exchange. *Intangible Capital* 12(1), 1-16.
- Gimbar, C., Hansen, B. & Ozlanski, M.E. (2016). The effects of critical audit matter paragraphs and accounting standard precision on auditor liability. *The Accounting Review* 91(6), 1629-1646.

- Gonçalves, F.L. (2018). Parágrafos de Principais Assuntos: Um estudo de caso dos relatórios de auditoria das companhias de construção civil negociadas na BM&FBOVESPA. *Master Dissertation*, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Gray, G.L., Turner, J.L., Coram, P.J. & Mock, T.J. (2011). Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. *Accounting Horizons* 25(4), 659-684.
- Habib, A. (2013). A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. *Managerial Auditing Journal* 28(3), 184-216.
- Hallak, R. & Silva, A. (2012). Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças* 23(60), 223-231.
- Hogan, C.E. & Wilkins, M.S. (2008). Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies?. *Contemporary Accounting Research* 25(1), 219-242.
- Ianniello, G. (2012). Non-Audit Services and Auditor Independence in the 2007 Italian Regulatory Environment. *International Journal of Auditing* 16(2), 147-164.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2006). Code of ethics for professional accountants.
- International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2013). Exposure draft: Reporting on audited financial statements: proposed new and revised International Standards on Auditing (ISAs). New York: International Federation of Accountants.
- International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2015). International Standard on Auditing 701. Communicating key audit matters in the independent auditor's report. New York: International Federation of Accountants.
- Ireland, J.C. (2003). An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. *Journal of Business Finance & Accounting* 30(7-8), 975-1016.

- Jones, F.L. (1987). Current techniques in bankruptcy prediction. *Journal of Accounting Literature* 6(1), 131-164.
- Kachelmeier, S.J., Schmidt, J.J. & Valentine, K. (2018). The disclaimer effect of disclosing critical audit matters in the auditor's report. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2481284> [acesso em: 20/02/2018]
- Kausar, A., Taffler, R.J. & Tan, C.E. (2017). Legal regimes and investor response to the auditor's going-concern opinion. *Journal of Accounting, Auditing & Finance* 32(1), 40-72.
- Knechel, W.R. & Payne, J.L. (2001). Additional evidence on audit report lag. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 20(1), 137-146.
- Knechel, W.R., Sharma, D.S. & Sharma, V.D. (2012). Non-audit services and knowledge spillovers: Evidence from New Zealand. *Journal of Business Finance & Accounting* 39(1-2), 60-81.
- Koh, H. & Woo, E.S. (1998). The expectation gap in auditing. *Managerial Auditing Journal* 13(3), 147-154.
- Kohler, A.G., Ratzinger-Sakel, N.V. & Theis, J.C. (2016). The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and Non-Professional Investors. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2838162> [acesso em: 17/02/2018]
- Krishnan, G.V. (2003). Does Big 6 auditor industry expertise constrain earnings management?. *Accounting Horizons* 17, 1-16.
- Kwon, S.Y., Lim, Y. & Simnett, R. (2014). The effect of mandatory audit firm rotation on audit quality and audit fees: Empirical evidence from the Korean audit market. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 33(4), 167-196.
- Lai, K.W. (2013). Audit reporting of big 4 versus non-big 4 auditors: The case of ex-Andersen clients. *The International Journal of Accounting* 48(4), 495-524.

- Lawrence, A., Minutti-Meza, M. & Zhang, P. (2011). Can Big 4 versus non-Big 4 differences in audit-quality proxies be attributed to client characteristics?. *The Accounting Review* 86(1), 259-286.
- Lee, P., Jiang, W. & Anandarajan, A. (2005). Going concern report modeling: A study of factors influencing the auditor's decision. *Journal of Forensic Accounting* 6(1), 55-76.
- Lennartsson, R. (2015). New Audit Report. *Balans January 15th*.
- Lennox, C.S. (1999). Audit quality and auditor size: An evaluation of reputation and deep pockets hypotheses. *Journal of Business Finance & Accounting* 26(7-8), 779-805.
- Lennox, C.S. & Kausar, A. (2017). Estimation risk and auditor conservatism. *Review of Accounting Studies* 22(1), 185-216.
- Libby, R. (1979). Bankers' and auditors' perceptions of the message communicated by the audit report. *Journal of Accounting Research*, 99-122.
- Liggio, C.D. (1974). Expectation gap-accountants legal Waterloo. *Journal of Contemporary Business* 3(3), 27-44.
- Lim, S.S. & Teoh, S.H. (2010). Limited attention. *Behavioral Finance: Investors, Corporations and Markets*, 295-312.
- Lin, J.W. & Hwang, M.I. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Auditing* 14(1), 57-77.
- Mafra, A.S., Almeida, M.C. & Penha, R.S. (2017). Fatores Condicionantes da Opinião Modificada nos Relatórios de Auditoria de Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade* 5(20).
- Marques, V., Santos, R., Amaral, H. & Souza, A. (2015). O efeito Big Four sobre os tipos de relatórios de auditoria: evidências empíricas no mercado brasileiro. *V Congresso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal*, 1-20.

- Marques, V.A. & Souza, M.K. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA. *Revista de Informação Contábil* 11(4), 1-22.
- Matos, T.M. & Cardoso, R.L. (2017). O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. *Congresso UnB de Contabilidade e Governança*.
- Matos, T.M., Santos, O.M., Rodrigues, A. & Leite, R.O. (2018). Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. *Revista Contabilidade & Finanças* 29(77), 246-265.
- Martins, E. & Lopes, A.B. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. 1ªEd. São Paulo: Atlas.
- Matsumura, E.M., Subramanyam, K.R. & Tucker, R.R. (1997). Strategic Auditor Behavior and Going-Concern Decisions. *Journal of Business Finance & Accounting* 24(6), 727-758.
- McKeown, J.C., Mutchler, J.F. & Hopwood, W. (1991). Towards an explanation of auditor failure to modify the audit opinions of bankrupt companies. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 10, 1-13.
- Menon, K. & Schwartz, K.B. (1987). An empirical investigation of audit qualification decisions in the presence of going concern uncertainties. *Contemporary Accounting Research* 3(2), 302-315.
- Menon, K. & Williams, D.D. (2010). Investor reaction to going concern audit reports. *The Accounting Review* 85(6), 2075-2105.
- Minutti-Meza, M., Gutierrez, E., Tatum, K.W. & Vulcheva, M. (2015). Consequences of changing the auditor's report: Early evidence from the UK. *Singapur Management University Seminar Series*.

- Mock, T.J., Bédard, J., Coram, P.J., Davis, S.M., Espahbodi, R. & Warne, R.C. (2013). The audit reporting model: Current research synthesis and implications. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 32(1), 323-351.
- Monroe, G.S. & Teh, S.T. (1993). Predicting uncertainty audit qualifications in Australia using publicly available information. *Accounting & Finance* 33(2), 79-106.
- Munsif, V., Raghunandan, K., Rama, D.V. & Singhvi, M. (2011). Audit fees after remediation of internal control weaknesses. *Accounting Horizons* 25(1), 87-105.
- Mutchler, J.F. (1985). A multivariate analysis of the auditor's going-concern opinion decision. *Journal of Accounting Research*, 668-682.
- Mutchler, J.F., Hopwood, W. & McKeown, J.M. (1997). The influence of contrary information and mitigating factors on audit opinion decisions on bankrupt companies. *Journal of Accounting Research* 35(2), 295-310.
- Nichols, D.R. & Smith, D.B. (1983). Auditor credibility and auditor changes. *Journal of Accounting Research*, 534-544.
- Niyama, J.K., Costa, F.M., Dantas, J.A. & Borges, E.F. (2013). Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. *Advances in Scientific and Applied Accounting* 4(2), 127-161.
- Nogler, G.E. (1995). The resolution of auditor going concern opinions. *Auditing* 14(2), 54.
- Öhman, P. (2007). Perspective on Audit: Thoughts, Expectations and Dilemma. *Doctoral Dissertation*, University Mid Sweden.
- Palmrose, Z.V. (1986). The effect of non-audit services on the pricing of audit services: Further evidence. *Journal of Accounting Research*, 405-411.
- Paredes, T.A. (2003). Blinded by the light: Information overload and its consequences for securities regulation. *Washington University Law Quarterly* 81, 417-485.

- Pasiouras, F., Gaganis, C. & Zopounidis, C. (2007). Multicriteria decision support methodologies for auditing decisions: the case of qualified audit reports in the UK. *European Journal of Operational Research* 180(3), 1317-1330.
- Patrocinio, E.A., Coutinho, R.S., Reina, D.R. & Reina, D. (2017). Relatório de Opinião dos Auditores nas Empresas do Novo Mercado: Principais Motivos de Ressalvas e de Parágrafos de Ênfase. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade* 5(21).
- Raghunandan, K. & Rama, D.V. (1995). Audit reports for companies in financial distress: Before and after SAS No. 59. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 14(1), 50-63.
- Reichelt, K.J. & Wang, D. (2010). National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research* 48(3), 647-686.
- Reynolds, J.K. & Francis, J.R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics* 30(3), 375-400.
- Rosner, R.L. (2003). Earnings manipulation in failing firms. *Contemporary Accounting Research* 20(2), 361-408.
- Roxo, G. (2016). Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente. *Master Dissertation*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Santa, C.R. (2016). Relatório Modificado de auditoria: análise pré e pós-convergência aos padrões internacionais de contabilidade. *Revista Catarinense da Ciência Contábil* 15(44), 75-85.
- Silva, R.O. (2018). Principais assuntos de auditoria para empresas de auditoria Big four e demais firmas de auditoria. *Master Dissertation*, Universidade Federal de Goiás.
- Simunic, D.A. and Stein, M.T. (1987). Product differentiation in auditing: Auditor choice in the market for unseasoned new issues. *Canadian Certified General*, 13.

- Sirois, L.P., Bédard, J. & Bera, P. (2014). The informational value of key audit matters in the auditor's report: evidence from an Eye-tracking study. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905> [acesso em: 07/03/2018]
- Smieliauskas, W., Craig, R. & Amernic, J. (2008). A proposal to replace 'true and fair view' with 'acceptable risk of material misstatement'. *A Journal of Accounting, Finance and Business Studies* 44(3), 225-250.
- Sterzeck, G. (2017). Audit expectation gap nos litígios das firmas de auditoria. *Master Dissertation*, Universidade de São Paulo.
- Tavares, L.C. (2017). Novo relatório dos auditores independentes: um estudo sobre os principais assuntos de auditoria nas companhias listadas na BMF&FBOVESPA. *Master Dissertation*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Tommasetti, R. (2017). Gerenciamento de Resultados, Tamanho da Firma de Auditoria e Relatórios Modificados: Evidências em Empresas Listadas no Mercado Acionário Brasileiro. *Master Dissertation*, Universidade Católica de São Paulo.
- Tucker, R.R., Matsumura, E.M. & Subramanyam, K.R. (2003). Going-concern judgments: An experimental test of the self-fulfilling prophecy and forecast accuracy. *Journal of Accounting and Public Policy* 22(5), 401-432.
- Vanstraelen, A. & Schelleman, C. (2011). A framework for extended audit reporting. *Maastricht Accounting, Auditing and Information Management Research Center*, 1-48.
- Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R. & Hofmann, I. (2012). The audit reporting debate: Seemingly intractable problems and feasible solutions. *European Accounting Review* 21(2), 193-215.
- Velte, P. (2017). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 25(5), 748-755.

- Vik, C. & Walter, M.C. (2017). The reporting practices of key audit matters in the big five audit firms in Norway. *Master Dissertation*, BI Norwegian Business School.
- Willekens, M. & Numan, W. (2011). Competitive pressure, audit quality and specialization strategies. University of Oklahoma Price College.
- Wilson, A., Davies, M., Curtis, M. & Wilkinson-Riddle, G. (2001). *UK & International GAAP*. 8° ed. London: Butterwoths Tolley Editors.
- Yatim, P., Kent, P. & Clarkson, P. (2006). Governance structures, ethnicity, and audit fees of malaysian listed firms. *Managerial Auditing Journal* 21(7), 757-782.
- Ye, P., Carson, E. & Simnett, R. (2011). Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 30(1), 121-148.
- Zanchun, X., Chun, C. & Jianming, Y. (2010). Abnormal Audit Fees and Audit Opinion. Further Evidence from China's Capital Market. *China Journal of Accounting Research* 3(1), 51-70.

Anexos**Tabela I - Resultados da correlação entre a variável dependente e independentes**

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)
(1)	1																		
(2)	0,16	1																	
(3)	-0,11	-0,09	1																
(4)	-0,22	-0,09	0,04	1															
(5)	0,02	-0,02	0,03	-0,28	1														
(6)	-0,01	-0,06	-0,05	-0,15	-0,11	1													
(7)	0,13	0,11	-0,02	-0,26	-0,2	-0,11	1												
(8)	-0,03	0,08	-0,04	-0,13	-0,1	-0,05	-0,09	1											
(9)	-0,05	0,02	0,09	-0,07	-0,05	-0,03	-0,05	-0,02	1										
(10)	0,07	-0,01	-0,02	-0,26	-0,2	-0,11	-0,18	-0,09	-0,05	1									
(11)	0,02	0,02	-0,06	-0,02	0,1	-0,07	0,07	-0,06	-0,03	-0,01	1								
(12)	0,11	-0,01	0,07	-0,08	-0,03	-0,03	-0,06	-0,03	-0,01	-0,06	-0,04	1							
(13)	0,03	-0,01	-0,03	-0,08	-0,06	-0,03	-0,06	-0,03	-0,01	-0,06	-0,04	-0,02	1						
(14)	0,33	0,15	-0,01	0,04	-0,07	0,01	-0,01	-0,03	-0,05	-0,04	-0,01	0,26	-0,02	1					
(15)	-0,11	-0,3	0,24	-0,03	0,06	-0,05	-0,04	-0,06	0,01	0,05	-0,01	-0,01	-0,01	-0,04	1				
(16)	0,29	0,22	-0,04	-0,16	-0,05	0,11	0,06	0,03	-0,03	-0,01	0,01	0,18	-0,05	0,22	-0,09	1			
(17)	0,12	0,06	0,02	-0,08	0,05	0,03	0,05	-0,18	0,01	0,04	0,02	0,01	0,01	0,02	-0,06	0,01	1		
(18)	-0,02	0,02	-0,01	-0,03	-0,02	-0,01	-0,01	0,23	-0,01	-0,02	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,02	-0,06	-0,84	1	
(19)	0,51	0,4	0,07	-0,3	0,04	0,09	0,2	-0,03	-0,02	0,04	-0,01	0,07	-0,04	0,21	-0,22	0,44	0,28	-0,13	1

(1) KAM; (2) Auditor; (3) Opinião Auditor; (4) Setor Financeiro; (5) Setor Consumo Cíclico; (6) Setor Consumo não Cíclico; (7) Setor Utilidade Pública; (8) Setor Saúde; (9) Setor Telecomunicações; (10) Setor Bens Industriais; (11) Setor Materiais Básicos; (12) Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis; (13) Setor Tecnologia Informação; (14) Honorários; (15) Risco de continuidade; (16) Complexidade; (17) Rentabilidade Financeiro; (18) Endividamento Financeiro; (19) Dimensão Empresa